

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de setembro de 2023 às 07h52
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Propriedade Intelectual

Brasil volta a ficar entre as 50 economias mais inovadoras 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS

G1 - Globo | BR

26 de setembro de 2023 | Direitos Autorais

Justiça de Ribeirão Preto, SP, proíbe Carreta Furacão de usar personagem Fonfon 5
SP

R7 | BR

26 de setembro de 2023 | Entidades

Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde 7
BRASÍLIA | BRASILIA | EM BRASILIA | DO R7 | ANA ISABEL MANSUR

Monitor Mercantil Digital online | RJ

26 de setembro de 2023 | ABPI

A propriedade intelectual pode ser indutora da igualdade social? 12

Blog Lorena Bueri - R7 | BR

26 de setembro de 2023 | Patentes

Medisca toma medidas para proteger tecnologias inovadoras 14
DINO

Diário Indústria & Comércio online | PR

26 de setembro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Paraná lança edital para empresas interessadas em projetos acadêmicos inovadores 16
EDITORIAL

MSN Notícias | BR

26 de setembro de 2023 | Entidades

Lula lança estratégia para desenvolver indústria médica no Brasil 18
MARIANA HAUBERT

26 de setembro de 2023 | Arbitragem e Mediação

Barroso defende remuneração do jornalismo pelas big techs 20
PODER360

Brasil volta a ficar entre as 50 economias mais inovadoras

ECONOMIA E NEGÓCIOS

País sobe para o 49º lugar entre 132 países. Na América Latina, vira líder

JOÃO SORIMA NETO

PAULO

A pós 12 anos, o Brasil voltou a ficar entre as 50 economias mais inovadoras do mundo. O país ganhou cinco posições no índice Global de Inovação (IGI) na comparação com o ranking de 2022 e passou a ocupar o 49º lugar entre 132 países. Na América Latina, o Brasil passou a ocupar a primeira posição em inovação, superando o Chile, que estava no topo no ano passado.

Os dados foram divulgados, em Genebra, pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI-WIPO)**, na sigla em inglês, em parceria com o Instituto Portulans e com o apoio de parceiros internacionais - no caso do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que colaboram na produção do IGI desde 2017.

Mesmo com o ganho de posições, que acontece pelo terceiro ano consecutivo, o desempenho brasileiro ainda é considerado aquém do potencial do país, que atualmente é a 10ª maior economia do mundo. A melhor posição do Brasil no IGI foi em 2011, quando ocupou o 47º lugar.

Os dez países mais bem colocados no índice são Suíça, Suécia, EUA, Reino Unido, Singapura, Finlândia, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Coreia do Sul. A classificação é divulgada anualmente, desde 2007. Entre os cinco países do Brics - na formação antes do anúncio de novos integrantes feito há algumas semanas - o Brasil está na terceira colocação, à frente da Rússia (51º lugar) e da África do Sul (59º). A

China é a 12ª colocada e Índia ocupa o 40º lugar.

SALTO NO DESEMPENHO

Na América Latina e Caribe, os dados mostram o Brasil na liderança. O país ultrapassou pela primeira vez o Chile (52º) e garantiu o posto de economia mais inovadora da região. O México (58º) apareceu em seguida, ocupando a terceira posição regional.

As cinco posições conquistadas pelo Brasil no ranking de 2023 colocam o país entre as economias que mais me

lhoraram o desempenho no IGI nos últimos quatro anos. O Brasil apresentou pontuações elevadas em indicadores como serviços governamentais on-line (14ª posição) e participação eletrônica (11ª).

Além disso, destacou-se pelo valor de seus 16 unicórnios (22º colocado), startups que atingiram o valor de mercado de US\$ 1 bilhão, apresentando bons resultados mundiais por suas marcas registradas (13ª) e pelo valor global de suas marcas (39º). Os destaques do Brasil no IGI são o grupo de indicadores de sofisticação de negócios, em que o país ocupa a 39ª posição, e resultados de criatividade - 46º lugar geral.

O ranking virou referência em avaliar o avanço na inovação nos diferentes países, desde 2007. O índice é resultado de cálculo que divide os indicadores em "insumos de inovação" e "resultados de inovação" (outputs), com pesos diferentes para cada indicador. Os insumos se referem às condições e elementos disponíveis para apoiar atividades de inovação, como educação, ambiente de negócios e mão de obra especializada.

A segunda categoria - de resultados - indica o de

Continuação: Brasil volta a ficar entre as 50 economias mais inovadoras

sempenho dos países quanto à inovação produzida pela produção científica, como patentes, novos produtos, serviços e processos. Na edição de 2022, o Brasil teve melhor desempenho com o grupo de indicadores de "resultados de inovação" e isso se repetiu este ano.

Na avaliação da CNI, o Brasil tem condições de crescer a cada ano no ranking, por meio de investimentos e políticas públicas direcionadas à ciência, tecnologia e inovação.

- A posição do Brasil no IGI vem melhorando nos últimos anos. Mas temos potencial ainda inexplorado para melhorar nosso ecossistema de inovação, e atingir o objetivo de integrar os setores científico e empresarial e, conseqüentemente, promover mais inovação - disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

FALTAM INCENTIVOS

Diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio destaca que o país precisa de políticas públicas de longo prazo para dar grandes saltos em inovação. Ela destaca que a fragilidade e a deterioração de universidades e infraestruturas de pesquisa no país impactam não só a formação de recursos humanos para inovação, mas a oferta de conhecimento científico e de laboratórios para viabilizar a inovação nas empresas.

- A queda no orçamento público para investimento em ciência, tecnologia e inovação inviabiliza o fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento para novas demandas da sociedade. E, mais grave, interrompeu inúmeros projetos de pesquisa científica e tecnológica, inclusive de empresas brasileiras, que dependem de financiamento regular para chegarem aos resultados esperados - diz Sagazio.

Justiça de Ribeirão Preto, SP, proíbe Carreta Furacão de usar personagem Fonfon

SP

1 de 2

Fonfon, à esquerda da foto, junto com outras personagens da Carreta Furacão em Ribeirão Preto - Foto: g1

A Justiça de Ribeirão Preto (SP) proibiu a Carreta Furacão de utilizar a imagem da personagem Fonfon. A decisão atende a uma ação movida pela Agência Artística S/S Ltda, representante legal de Pedro Vassen Pessini, que é filho de Orival Pessini, o criador do Fofão que morreu em outubro de 2016.

Na decisão, o juiz Thomaz Carvalhaes Ferreira, da 7ª Vara Cível de Ribeirão Preto, determinou ainda que a empresa F. de S. C. Dameto Eventos Turísticos, dona da Carreta Furacão, indenize Pessini em R\$ 70 mil por danos morais. A multa em caso de desobediência é de R\$ 2 mil por dia.

Em nota, o escritório Ruysam Advogados Associados, que defende a Carreta Furacão, informou que respeita profundamente o Poder Judiciário, mas entende que a sentença não reflete adequadamente o contexto e a natureza da expressão artística em questão - uma caricatura que visava prestar uma homenagem, expressando carinho e apreço popular.

ð

Uso desde 2016 Na ação, Agência Artística S/S Ltda alegou que a empresa de entretenimento em Ribeirão Preto faz uso indiscriminado da personagem desde 2016, obtendo lucro com exploração comercial indevida após alterar o nome artístico da figura para Fonfon e sem autorização do uso da imagem de um personagem de criação de artista falecido e que transferiu os respectivos direitos ao filho.

Nos autos, a defesa da Carreta Furacão informou que não existe plágio, já que se trata de caricatura e paródia, o que não constitui violação a **direitos** autorais e independe de prévia licença.

A Carreta Furacão também alegou que é detentora dos direitos registrados inerentes ao personagem Fonfon, integrante do "trenzinho da alegria" surgido em meados de 2003. De acordo com a defesa, Fonfon difere do Fofão porque possui cabelos longos, pelos nas mãos, pés avermelhados, pele branca, olhos grandes/arredondados e vestimenta colorida.

2 de 2

Fofão no 'Balão Mágico', em 1984 - Foto: Reprodução/TV Globo

Decisão No entanto, ao analisar os documentos, o magistrado considerou que a ré desvirtuou a personagem, contrariando o objetivo manifestado em vida pelo autor ao criar o Fofão.

"O personagem original criado pelo falecido autor e que brilhou nas telas de TV para público preponderante de faixa etária menor nitidamente buscava primordialmente atrair crianças e adolescentes com ingenuidade, mediante brincadeiras e simpatias. Já o personagem copiado pela ré tem outro perfil, completamente desvirtuado, ainda que destinado a entreter outro público final, com fundo musical e danças extrovertidas."

Ferreira considerou que houve ligeira reformulação na aparência de Fonfon, buscando disfarçadamente desatrelar a imagem daquela do Fofão.

"Sem qualquer intuito de crítica à nova figura que foi

Continuação: Justiça de Ribeirão Preto, SP, proíbe Carreta Furacão de usar personagem Fonfon

reproduzida pela ré no seio de sua Carreta Furacão, é inevitável a comparação que remete ao modelo de origem."

Para o magistrado, não cabe a tese pleiteada pela defesa de simples paródia ou caricatura face ao inexistente amparo legal.

"Ainda que em tese a figura do boneco Fonfon seja mesmo uma paródia ou caricatura do personagem Fofão, por se tratar de uma clara imitação extravagante, não merece o enquadramento de estar imune à autorização do criador, seja porque sua no-

menclatura remete diretamente à criatura original ou mesmo por estarmos diante de uma réplica desfigurada da vontade do falecido autor."

Veja mais notícias da região no g1 Ribeirão Preto e Franca

VÍDEOS: Tudo sobre Ribeirão Preto, Franca e região

Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta terça-feira (26) o decreto que cria a estratégia nacional para o desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde. O evento no Palácio do Planalto, em Brasília, contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e da ministra da Saúde, Nísia Trindade. A iniciativa será comandada pelas duas pastas e vai incluir outros 11 ministérios.

A estratégia vai destinar R\$ 42 bilhões para aumentar a produção nacional de itens prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS) e diminuir a dependência de importações de remédios e vacinas. O pagamento do valor será feito pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com R\$ 9 bilhões; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com R\$ 6 bilhões; pela Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**), com R\$ 4 bilhões; e pela iniciativa privada, com R\$ 23 bilhões.

Compartilhe esta notícia no [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

Os recursos serão investidos em unidades de produção e pesquisa da Empresa Brasileira e Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os valores também devem ser aplicados para o desenvolvimento nacional de vacinas e soros, com modernização na assistência prestada por entidades filantrópicas.

A ministra da Saúde resumiu os objetivos da ação em reduzir a vulnerabilidade do SUS e ampliar o acesso universal à saúde. "É uma retomada com inovação,

para atender demandas da sociedade e para cooperação solidária e soberana com o mundo. A estratégia teve início no primeiro governo do presidente Lula e agora está no eixo da "reindustrialização", explicou Nísia.

Durante o programa Conversa com o Presidente, na manhã desta terça (26), a ministra destacou que a meta da pasta é ter, até 2026, 70% da necessidade em produtos de saúde produzidos no Brasil.

"A saúde representa 10% do nosso PIB. Trata-se, portanto, de soberania nacional, redução de vulnerabilidades, diminuição de desigualdades, desenvolvimento regional e empregos com qualificação para os trabalhadores", acrescentou a ministra.

Alckmin elogiou o trabalho desenvolvido pelo SUS. "O presidente Lula trabalha pela educação de longa data. Fomos constituintes juntos. Na Constituição brasileira, estabelecemos a seguridade social, com saúde e previdência. É impressionante o desempenho do SUS. Hoje damos um grande passo", ressaltou.

Continuação:
Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde

O desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde será estruturado em seis frentes - parceria para o desenvolvimento produtivo; desenvolvimento e inovação local; preparação em vacinas, soros e hemoderivados; populações e doenças negligenciadas; modernização e inovação na assistência; e ampliação e modernização da infraestrutura.

A iniciativa é resultado da recriação do grupo de trabalho do complexo econômico-industrial, em abril. A ideia é reforçar a produção de insumos para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças adquiridas, como tuberculose, doença de Chagas, hepatites virais e HIV.

A estratégia também abrangerá investimentos para enfrentar enfermidades crônicas - como câncer, doenças cardiovasculares e imunológicas e diabetes -, além de dengue, emergências sanitárias e traumas ortopédicos.

Também estiveram presentes na solenidade os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), Rui Costa (Casa Civil), Camilo Santana (Educação), Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral).

Continuação:
Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde

Continuação:
Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde

Continuação:
Lula assina decreto e destina R\$ 42 bilhões para complexo econômico-industrial da saúde

A propriedade intelectual pode ser indutora da igualdade social?

A igualdade social tem pautado a discussão política nacional ao longo das últimas décadas. Sob a perspectiva econômica, a igualdade de patrimônio e renda consiste em um dos mais importantes anseios da sociedade. Mas qual o papel da propriedade intelectual na promoção dessa igualdade econômica? Recentemente, a doutrina norte-americana reacendeu o debate sobre o tema, o qual também foi tratado no 43º Congresso Internacional da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual.

Estudos internacionais nesta área apresentam resultados conflitantes. Um deles, de 2018, indica a relação entre o aumento do número de patentes em 65 países em desenvolvimento e uma melhora na distribuição de renda com base na redução do coeficiente Gini, o qual determina a relação patrimonial entre o percentual mais rico e o percentual mais pobre da população. Isso seria justificado pelo maior acesso decorrente de uma maior **transferência** de tecnologia proporcionada pela proteção das patentes. Além disso, uma vez que a inovação possui maior valor agregado do que a imitação, os salários tenderiam a ser maiores nos setores inovadores.

Entretanto, outros estudos analisando 62 países emergentes e em desenvolvimento (2008), EUA (2009) e Índia (2022) indicam uma relação oposta: o aumento do número de patentes leva a uma maior concentração de renda e ao consequente aumento do coeficiente Gini. Isso porque os direitos de exclusividade levam à retenção do valor da inovação pelos titulares e ao eventual exercício de poder monopolístico.

Tal contradição não surpreende. Tais estudos buscam justificar seus resultados com base na relação entre inovação e igualdade social. Entretanto, ao pautar a inovação somente pelo número de patentes, eles se esquecem de que ela é também determinada por ou-

tros múltiplos fatores, tais como qualificação da mão-de-obra, acesso a crédito e investimentos, legislação tributária, infraestrutura e logística. Conclusões baseadas somente em números de patentes podem levar a resultados inconclusivos e distintos de acordo com os países e período analisados.

Espaço Publicitário

Apesar disso, há certo consenso de que a inovação, ao menos em médio e longo prazo, contribui para o crescimento econômico e para o aumento do bem-estar social. Ela pode levar a uma redistribuição de poder entre agentes de mercado e uma consequente mobilidade social. Se acompanhada de políticas públicas adequadas, pode ainda contribuir para a redução da desigualdade social.

Mas qual o real papel da **propriedade** intelectual no incentivo à **inovação** tecnológica?

É válido frisar que o incentivo ao investimento em inovação não provém diretamente da possibilidade da obtenção de uma patente, mas sim da perspectiva de lucro em um determinado mercado. Caso a demanda seja ausente ou insuficiente para a amortização dos custos e geração de lucros razoáveis, o investimento dificilmente será feito. Desafios à inovação na área de medicamentos contra doenças raras, antibióticos e certas tecnologias sustentáveis evidenciam isso. Neste caso, devido à baixa demanda e à baixa perspectiva de êxito comercial de uma potencial invenção, a possibilidade de obtenção de uma patente tende a ter menor influência na decisão do investidor.

Além disso, é possível que a ausência de incentivos ao investimento ocorra mesmo se houver uma demanda adequada no mercado. Se terceiros puderem reproduzir uma invenção livremente (free riding), o investidor pode ser impedido de amortizar seus cus-

tos com P&D e de obter lucros razoáveis, em especial em casos de altos investimentos e possibilidade de imitação rápida e barata. Diante disso, potenciais investidores dificilmente destinariam recursos à inovação.

O papel fundamental do direito de patentes é corrigir esta falha de mercado, atribuindo ao inventor direitos de exclusividade que lhe concedem uma chance de recuperar seus investimentos. O aproveitamento dessa chance, entretanto, depende do sucesso mercadológico do produto, de forma que o inovador - tal como qualquer outro agente de mercado - sempre enfrentará um risco natural à atividade.

Finalmente, é possível que o investimento em inovação seja coibido em razão de possíveis práticas anticompetitivas por parte de titulares de patentes que vão além da mera proteção contra o free riding. Problemas como patent trolls, patent thickets, pay-for-delay, sham litigation, evergreening, recusa de licença e acesso a tecnologias fundamentais aumentam os custos sociais sem proporcionar benefícios equivalentes. Nestes casos, a implementação de exceções e limitações ao direito de patentes e a devida aplicação do direito concorrencial são necessárias.

Continuação: A propriedade intelectual pode ser indutora da igualdade social?

Vale destacar que isso não impede que o país utilize patentes como um instrumento de política pública estratégica. Experiências regulatórias na Suíça, China e Índia, por exemplo, indicam que até mesmo a redução do grau de proteção patentária no âmbito de estratégias de inovação cuidadosamente definidas pode contribuir para o crescimento e fortalecimento da indústria nacional. A estratégia nacional, entretanto, não deve se basear na mera imitação legal de modelos estrangeiros, mas considerar o contexto socioeconômico específico do país. O enfraquecimento de direitos de **propriedade** intelectual sem uma estratégia de desenvolvimento industrial pode prejudicar essencialmente o ambiente inovativo nacional e trazer sensíveis prejuízos à economia.

Pedro Henrique D. Batista foi palestrante do 43º Congresso Internacional da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), pesquisador do Max Planck Institute for Innovation and Competition e da Initiative Smart IP for Latin America.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Medisca toma medidas para proteger tecnologias inovadoras

DINO

Ao longo de décadas de investimento estratégico em pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), o nome da Medisca se tornou sinônimo de tecnologias inovadoras com foco no cliente. Em manipulação, por exemplo, a Medisca continua a oferecer soluções personalizadas com um compromisso inabalável com a qualidade e a inovação. Isto inclui o líder de mercado Medisca MAZ Mixer, uma tecnologia de manipulação pioneira da empresa após anos de pesquisa e testes. O Medisca MAZ Mixer oferece uma solução eficiente, uniforme e de alta qualidade para a manipulação de centenas de formulações.

Para que possa continuar a trazer as inovações que a indústria deseja e precisa, a Medisca complementa seu investimento em P&D com um portfólio robusto de propriedades intelectuais ("PI"). Isto inclui **patentes** nos Estados Unidos, Europa, Canadá e Austrália. Durante anos, a Medisca tomou medidas para informar a indústria sobre seu portfólio de **patentes**, que incluem aquelas relacionadas ao pioneiro Medisca MAZ Mixer. Infelizmente, algumas poucas empresas decidiram oferecer produtos que violam a **propriedade** intelectual da Medisca.

Para proteger seus valiosos direitos e garantir que as empresas possam competir no mercado de forma justa, a Medisca pretende proteger suas tecnologias proprietárias contra as atividades infratoras de seus concorrentes. Esse esforço global de fiscalização começa hoje com a Medisca movendo um processo contra a Fagron B.V., a HiperScan GmbH e a Gako Deutschland GmbH por violação da **patente** número 3.538.071, pertencente à contraparte alemã da Medisca. A ação foi movida no tribunal distrital de Munique, na Alemanha, e solicita, como reparação, uma liminar e recursos monetários.

"Com um profundo respeito pela inovação e com a responsabilidade de proteger nossa **propriedade** in-

telectual, concluímos ser necessário tomar uma ação contra esta violação da **patente**", disse Panagiota Danopoulos, vice-presidente sênior de Estratégia Global e Inovação na Medisca. "Acreditamos em um mercado justo e competitivo, onde a inovação prospera e esta ação judicial reforça o nosso compromisso em defender estes princípios, ao mesmo tempo que defendemos o nosso espírito inovador."

A Medisca espera que o pedido de hoje lembre a todos os concorrentes a importância de se respeitar a **propriedade** intelectual pertencente à empresa. A indústria de manipulação (por exemplo, farmacêutica e CBD) passou a confiar na qualidade e eficiência oferecidas pelo Medisca MAZ Mixer. A indústria deve ser capaz de continuar a confiar nestes produtos e no atendimento ao cliente incomparável e nas inovações na solução de problemas oferecidas pela Medisca.

Sobre a Medisca:

A Medisca é uma corporação global com escritórios em toda a América do Norte, Austrália e Europa, que contribui com o sistema de saúde ao tirar proveito de grandes parcerias que proporcionam soluções personalizadas, com um compromisso inabalável com a qualidade e a inovação. Respalhada por mais de 30 anos e uma base sólida no fornecimento de compostos farmacêuticos, a Medisca é uma empresa B2B (business-to-business) que oferece ofertas abrangentes que proporcionam valor, consistência, capacidade de resposta e lealdade. Como parceiras no bem-estar, a Medisca oferece uma devoção infalível para aprimorar vidas em uma infinidade de necessidades e pessoas. Para mais informações, acesse www.medisca.com e siga-nos no LinkedIn, Facebook, Twitter e YouTube.

O texto no idioma original deste anúncio é a versão

oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em businesswire.com: [https://w](https://www.businesswire.com/news/home/20230926570185/pt/)

www.businesswire.com/news/home/20230926570185/pt/

Continuação: Medisca toma medidas para proteger tecnologias inovadoras

Adam Pinsky

Diretor de Comunicações

apinsky@medisca.com

+1 (438) 304-6756

Paraná lança edital para empresas interessadas em projetos acadêmicos inovadores

EDITORIAL

O Governo do Estado lançou uma chamada pública para empresas paranaenses interessadas em licenciar e comercializar soluções inovadoras com potencial de mercado. Ao todo, são 30 projetos de diferentes áreas do conhecimento desenvolvidos em universidades públicas e privadas, a partir de pesquisas científicas e tecnológicas. As inscrições dos empresários são online e podem ser feitas até 6 de outubro. Os resultados serão divulgados dia 11.

A iniciativa é da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), por meio do Programa de Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (Prime), que tem como objetivo transformar os resultados de pesquisas em produtos, serviços e novos negócios. O intuito é incentivar a cultura empreendedora entre pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, incluindo professores, estudantes e profissionais da educação.

Todos os 30 projetos já têm Patente de Inovação (PI) depositada, concedida ou protocolada no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)**. Os pesquisadores são das universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG) e do Oeste do Paraná (Unioeste); da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPR); e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Segundo o diretor de Ciência e Tecnologia da Seti, Marcos Aurélio Pelegrina, o desenvolvimento de novos produtos gera benefícios para as empresas já con-

solidadas no mercado. "O licenciamento de tecnologias possibilita que o conhecimento gerado nas universidades seja convertido em produtos e serviços que beneficiam a sociedade", diz o gestor.

Ao fazer o licenciamento os pesquisadores cedem o direito de comercialização do conhecimento. Com isso, o conhecimento, que até então estava restrito a ambiente acadêmico passa a ter acesso ao mercado, posicionando-se como produto inovador e competitivo e ao alcance da população.

PRIME - Criado em 2021, o Prime integra o conjunto de ações do Programa de Estímulo às Ações de Integração Universidade, Empresa, Governo e Sociedade, denominado Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e de Inovação (Ageuni). O programa se baseia na capacitação e qualificação de pesquisadores, por meio de workshops, consultorias individuais e mentorias coletivas, em temas relacionados a gestão, finanças, sustentabilidade e marketing, entre outros. As atividades são realizadas em formato remoto.

Em 2023, a Seti implantou a premiação de incentivo no valor de R\$ 1 milhão, com recursos do Fundo Paraná de fomento científico e tecnológico, sendo R\$ 200 mil para cada um dos cinco finalistas, para o desenvolvimento dos projetos.

Além disso, como são pesquisadores acadêmicos e muitas vezes não têm conhecimento de mercado e negócios, o programa Prime oferece capacitação e qualificação através de iniciativas como pré-aceleração ou pacote de consultorias do Serviço de Apoio às Mi-

Continuação: Paraná lança edital para empresas interessadas em projetos acadêmicos inovadores

cro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR) e um programa de mentoria do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Assim, os pesquisadores já desenvolvem o projeto visando a transformação em novos produtos e serviços.

Serviço:

Seleção de empresas para produzir e comercializar projetos inovadores do Prime 2023

Inscrições: até 6 de outubro - Edital e formulário online [AQUI](#)

Divulgação do resultado: 11 de outubro

Lula lança estratégia para desenvolver indústria médica no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta 3ª feira (26.set.2023) o decreto que institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. O governo federal estima investir R\$ 42 bilhões até 2026 para incentivar a produção nacional de itens prioritários para o SUS (Sistema Único de Saúde). "Chamo atenção para coisa que está acontecendo aqui: é a concretização de um sonho que já tínhamos pensado há muito tempo. O Brasil precisa tomar a decisão de querer se transformar em um grande país. A gente vai ser um grande país quando a gente definir um país soberano com qualidade de vida para o seu povo", disse. Segundo a ministra da Saúde, Nísia Trindade, o objetivo é reduzir a dependência que o país tem para importar cerca de US\$ 20 bilhões em medicamentos, insumos e vacinas. "O resumo dessa estratégia pode ser explicado em reduzir a vulnerabilidade do SUS e ampliar a saúde.

[] É uma aposta no desenvolvimento a partir da saúde e para a saúde dos brasileiros. Trata-se de soberania nacional, redução de vulnerabilidades e redução das desigualdades no interior do país", declarou. Trindade disse ainda que o programa visa a quadruplicar a produção nacional de vacinas, investimento nos imunizantes que já existem no quadro nacional de vacinação, mas também busca inovação. Integram a estratégia 6 programas que terão a participação de 11 ministérios, coordenados pelos ministérios da Saúde e da Indústria e Comércio. São eles: De acordo com Trindade, até 2026, R\$ 9 bilhões serão investidos dentro do escopo do Novo PAC. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) contribuirá com R\$ 6 bilhões e a **Finep** (Financiadora de Estudos e Projetos), com R\$ 4 bilhões. O governo estima ain-

da o aporte de R\$ 23 bilhões da iniciativa privada. Segundo a ministra, os recursos de origem privada já estão definidos e foram atraídos por meio de iniciativas como o programa de desenvolvimento e inovação local e a retomada do programa de parcerias para o desenvolvimento produtivo. Trindade afirma que a colaboração do recurso privado se dá nos laboratórios parceiros dos laboratórios públicos, mas também em uma "forte interação" do setor com universidades e institutos de pesquisa, visando a promover inovação. Ao elogiar a expansão da indústria de saúde no país, Lula mencionou a questão das compras governamentais do SUS (Sistema Único de Saúde) e disse que o Brasil não abrirá mão de preservar o mecanismo na negociação pela conclusão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. "A gente quer fechar o acordo com a União Europeia, mas não vamos entregar as compras governamentais.

É a chance que a gente tem para a nossa indústria crescer. Quem tem mercado não tem que ter problema. Vamos produzir por aqui o que vamos consumir aqui mesmo", disse. Para o governo federal, a dependência do Brasil em relação a outros países para obter medicamentos e insumos médicos "torna o SUS vulnerável ao mercado externo, dificultando a aquisição de insumos essenciais", de acordo com documento do Ministério da Saúde. A questão das compras governamentais é o principal empecilho pelo lado do Brasil nas negociações para o fechamento do acordo de livre comércio entre os 2 blocos. Lula rejeita a ideia de ampla abertura do mercado de compras governamentais para os europeus. A proposta que estava em discussão até o início de 2023, havia sido feita em 2019 pela equipe do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Mercosul e UE fecharam um pré-a-

Continuação: Lula lança estratégia para desenvolver indústria médica no Brasil

cordo, mas as negociações foram suspensas por causa da pandemia. Em março, os europeus enviaram novas exigências ao bloco sul-americano, dentre elas a abertura das compras governamentais.

Lula, porém, se opôs, e o Brasil liderou a construção

de uma resposta para os europeus, que foi enviada em agosto. Esta reportagem foi escrita pela estagiária de jornalismo Gabriela Boechat sob supervisão do editor-assistente Gabriel Máximo.

Barroso defende remuneração do jornalismo pelas big techs

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu na 2ª feira (25.set.2023) a remuneração das empresas de mídia pelas plataformas digitais. Faltando poucos dias para assumir a Presidência da Corte, Barroso falou sobre "Poder Judiciário, liberdade de expressão e combate à desinformação" durante o encerramento do seminário "Liberdade de imprensa: onde estamos, para onde vamos", realizado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). "Eu sou totalmente a favor do compartilhamento de receitas entre as plataformas digitais e a imprensa tradicional pela razão singela de que as plataformas digitais não produzem uma linha de conteúdo, elas veiculam o conteúdo que é produzido pela imprensa tradicional", justificou o ministro. Com a ascensão das redes sociais, empresas tradicionais de jornalismo perderam suas receitas com publicidade, que migraram, em grande parte, pa-

ra as próprias plataformas. Barroso citou que as redes sociais são a porta de acesso de muitos leitores ao conteúdo produzido por jornalistas. Então, na visão do ministro, se as plataformas digitais se beneficiam disso, o compartilhamento da receita "é inevitável". O ministro do STF disse: "É o modelo que se adotou na Austrália, por **arbitragem**, e eu apoio essa ideia". Assista (de 4h19min48s a 4h20min54s): O debate da remuneração ao jornalismo por parte das big techs está inserido no projeto de lei das fake news (2.630 de 2020). nesta reportagem. De acordo com o projeto, cria-se um sistema de barganha, em que as empresas e as plataformas digitais firmam um acordo entre si. O sistema é baseado na legislação australiana, a 1ª no mundo -em vigor desde 2021- a estipular pagamento pelas plataformas pela exploração do conteúdo de jornalismo.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 12, 14

Entidades
3, 7, 18

Direitos Autorais
5

ABPI
12

Inovação
12

Patentes
14

Marco regulatório | INPI
16

Arbitragem e Mediação
20